

III-1473 – LIMPEZA URBANA: GESTÃO PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA IMPLANTAÇÃO DE UM PARQUE-ATERRO EM BELO HORIZONTE, MG

Aurora Pederzoli ⁽¹⁾

Engenheira Arquiteta (UFMG), Especialista em Urbanismo (UFMG) e em Gestão Ambiental (IEC-PUC). Arquiteta da Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte (SLU-BH).

Cícero Antonio Antunes Catapreta

Engenheiro Civil e Sanitarista (PUCMINAS), Mestre e Doutor em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos (UFMG). Engenheiro Sanitarista e gerente de monitoramento e disposição final de resíduos da Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte (SLU-BH). Professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Maeli Estrela Borges

Engenheira Arquiteta (UFMG), Especialista em Urbanismo (UFMG) e em Engenharia Sanitária (UFMG), Superintendente de Limpeza Urbana de Belo Horizonte (SLU/BH) de 1989 a 1993. Professora de Limpeza Urbana e Resíduos Sólidos.

Mauro Cesar da Silva Ribeiro

Arquiteto (UFMG) e Especialista em Urbanismo (UFMG). Arquiteto da Secretaria Municipal de Política Urbana/ Subsecretaria de Planejamento Urbano da Prefeitura de Belo Horizonte/MG.

Genedempsey Bicalho Cruz

Advogado (UFMG). Superintendente de Limpeza Urbana de Belo Horizonte (SLU/BH) de 2017 a 2023.

Endereço ⁽¹⁾: Rua Tenente Garro nº 118 – 8º Andar - Bairro Santa Efigênia - Belo Horizonte - MG - CEP: 30310-760 - Brasil - Tel: (31) 3277-9331 - e-mail: auror@pbh.gov.br

RESUMO

O trabalho apresenta alguns resultados de esforços empreendidos por sucessivas gestões municipais, as quais, embora tenham tratado os resíduos de forma responsável - desde a escolha do terreno, na década de 1970, passando pela implantação de soluções e operação tecnicamente adequadas, até o encerramento da disposição final de RSU da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos, denominada CTRS da BR-040, em Belo Horizonte/MG -, agora se encontram diante do desafio de mitigar os impactos decorrentes do maior passivo ambiental da cidade, transformando-o em um parque-aterro. Uma vez que toda a população de Belo Horizonte contribuiu para a formação do atual maciço de resíduos desse grande equipamento coletivo, espera-se promover essa reflexão e, conseqüentemente, contribuir para sensibilizar as diferentes esferas do poder público, setor produtivo e sociedade civil, para a construção de um projeto que contemple ao máximo as expectativas de cada um desses segmentos e, conseqüentemente, contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população da Regional Noroeste, de Belo Horizonte e toda a RMBH, considerando a localização privilegiada junto à BR-040, importante eixo viário de Minas Gerais.

PALAVRAS-CHAVE: Aterro Sanitário, Resíduos Sólidos, Parque Público, Parque Ecológico, Limpeza Urbana, Gestão Pública

INTRODUÇÃO

As questões ambientais são fortes componentes dos princípios das políticas públicas, ganhando maior dimensão quando ocasionadas por passivos urbanos, os quais podem colocar em risco as populações.

Titulares dos serviços de limpeza e das soluções para o tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos (RSU), um grande desafio para os Municípios está relacionado à mitigação dos impactos decorrentes da disposição final de RSU sobre o solo, em observância aos padrões de proteção para assegurar a qualidade

ambiental – seja quando da instalação e operação dessas unidades, seja por ocasião do encerramento de suas atividades.

De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Lei nº 12.305 de 2010) e, mais recentemente, com a vigência da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, referente à atualização do marco legal do saneamento, além das normas técnicas da ABNT, dentre outras, deve ser assegurada à sociedade – e, por extensão, aos demais entes vinculados à Administração Pública Municipal – a efetiva participação nos processos de formulação de políticas relacionadas com a essencialidade dos serviços públicos de saneamento básico, assim como devem ser previstos usos programados às áreas que foram utilizadas para a disposição de RSU após seu fechamento.

No caso da cidade de Belo Horizonte/MG, essa disposição de RSU ocorreu em um aterro, hoje integrante de uma Central de Tratamento de Resíduos Sólidos (CTRS) da BR-040.

Originalmente instalada em zona rural da região Noroeste da cidade de Belo Horizonte (1975), a CTRS da BR-040 foi conformada a partir da declaração de utilidade pública, desapropriação, aquisição e cessão de uso, à Superintendência de Limpeza Urbana - SLU, de quatro glebas territoriais, pertencentes a antigas fazendas da região - Licuri, Taiobas, Matas e Coqueiros. Essas glebas estão localizadas a montante da Lagoa da Pampulha - cujo Conjunto Arquitetônico e Paisagístico foi reconhecido pela UNESCO, em 2016, como Patrimônio Cultural da Humanidade -, a unidade integra a Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas e atualmente se encontra totalmente inserida no tecido urbano.

Ainda que as atividades de aterragem tenham sido encerradas em 2007, outras práticas foram sendo desenvolvidas na área, tais como o fomento à pesquisa e as ações de educação ambiental, bem como intervenções voltadas à manutenção da área e configuração futura de um parque ecológico. Atualmente, a gestão municipal se empenha não somente para garantir recursos financeiros que possibilitem a continuidade dos monitoramentos geotécnico e ambiental, por tempo indeterminado, como também para realizar investimentos em projetos de recuperação e revitalização, visando a efetiva reintegração da área à paisagem urbana. Faz-se necessário o envolvimento das diferentes esferas do poder público, setor produtivo e sociedade civil, na construção de um projeto que contemple ao máximo as expectativas de cada um desses segmentos.

Este trabalho apresenta alguns resultados decorrentes da implantação do Plano de Manejo¹ da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos CTRS BR-040, o qual foi concluído em 2018 e concebido a partir da setorização atual e da identificação das vocações dessa área, diante do desafio de transformar o antigo aterro sanitário de Belo Horizonte em um “parque-aterro”.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Em consonância com a elevada carência de novas áreas verdes na regional Noroeste de Belo Horizonte, o diagnóstico Parque Taiobeiras² (elaborado em 2016) já indicava a necessidade de elaboração de um Plano Diretor participativo, para a implantação de um parque público na área da CTRS BR-040. Assim, tomando como base esse diagnóstico, o Plano de Manejo sintetizou as contribuições dos sanitaristas da SLU, incorporando o histórico da gestão dos resíduos sólidos em Belo Horizonte, as informações dos Relatórios de Monitoramento Ambiental e Geotécnico – realizados por esses profissionais havia mais de 20 anos - e do Estudo de Percepção Ambiental da População do Entorno, de 2004.

A transversalidade e a multidisciplinaridade exigidas ocasionaram a participação de técnicos de diversos outros órgãos municipais, entre Secretarias e Autarquias. Foi modificado o conceito original de parque ecológico, para “parque-aterro”, cuja preservação de identidade deve ser tratada como premissa norteadora, assim como os princípios: ampliação da interlocução com a comunidade, sustentabilidade (ambiental, econômica e social), segurança da área, integração permanente entre os órgãos da PBH e implantação gradual do parque-aterro, ocupando-se as áreas nas bordas em direção ao interior.

É importante registrar que a CTRS da BR-040 foi implantada em 1975, em zona estabelecida como rural (Figura 1), para eliminar o antigo vazadouro da cidade. Inicialmente composta por uma Usina de Beneficiamento e Compostagem de RSU (Figura 2) e um Aterro Sanitário, foram os procedimentos de implantação, operação e monitoramento dos taludes de aterragem de resíduos que possibilitaram a ocupação segura do seu entorno, pelas comunidades que se foram se formando ao longo do tempo. Em 2007 foi

encerrada a operação de disposição de RSU nesse aterro, contudo somente em 2010 e 2017 encerrou-se a aterragem dos resíduos de construção civil e de serviços de saúde (RSS), respectivamente. Cerca de 23,9 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos foram descartados nessa instalação, ocupando 60% da área de 114,9 hectares da CTRS BR-040.



Figura 1 – Vista datada de 1975, observando-se a área rural na região Noroeste de BH, com foco na Usina de Beneficiamento, origens da CTRS BR 040.

Ao longo do tempo, outras atividades foram sendo desenvolvidas na CTRS BR-040, tais como o plantio de árvores, a instalação de unidade de educação ambiental, o desenvolvimento de pesquisas científicas em parceria com universidades, contribuindo para sua transformação em parque público. Atualmente, a unidade se encontra totalmente inserida no perímetro urbano (Figura 2), sendo responsável pela causa de diversos impactos na saúde pública e no meio ambiente.



Figura 2 – Vista aérea com o adensamento populacional no entorno da CTRS BR-040, em 2018.
Fonte: Google Inc. 2018

METODOLOGIA

Em 2022, a implementação das ações dinamizadoras visando a implantação do parque-aterro na CTRS BR-040 veio se consolidando por meio de um processo participativo, com o envolvimento dos técnicos designados pela Prefeitura de Belo Horizonte e outros colaboradores.

De acordo com o Diagnóstico Parque Taiobeiras (p.20),

“As intervenções constantes do Plano Diretor do Aterro Sanitário têm potencial para atender um grande contingente populacional que reside no entorno. Considerando apenas os bairros lindeiros trata-se de um público de no mínimo 70.000 moradores que podem ser contemplados direta ou indiretamente com a proposta. Além desses potenciais usuários pode-se ponderar a possibilidade de

atração de público de outros bairros assim como do município de Contagem. A dinâmica das taxas de crescimento populacional indica estabilidade dos contingentes populacionais, sem ganho (sic) ou perdas significativas no conjunto. Segundo as análises trata-se de uma população em sua maioria em condição de alta vulnerabilidade social e de baixa renda per capita, mas atendida em sua maioria pela infraestrutura mínima (referente a coleta de esgoto, pavimentação de vias e coleta de resíduos sólidos). A maior participação de população adulta na estrutura etária é a tendência predominante, no entanto, ainda há uma presença significativa de jovens, principalmente nas vilas e favelas, onde também está concentrada a população mais vulnerável. Este cenário complementa-se com a restrita ou inexistente presença de equipamentos públicos de lazer e entretenimento na maior parte dos bairros. As características sociodemográficas dos bairros lindeiros ao Aterro Sanitário apontam para o grande potencial que intervenções de requalificação e implantação de equipamentos urbanos na região podem ter na melhoria da qualidade de vida dos moradores. As deficiências históricas da região e o grande público potencial contribuem para a elevada efetividade que políticas públicas bem focalizadas devem oferecer para a população. Para tanto, recomenda-se considerar alguns aspectos percebidos na presente análise:

- A implantação de equipamentos públicos que atuem junto à população em situação de vulnerabilidade social do entorno (políticas de geração de renda e/ou assistência social);
- Equipamentos públicos que atendam e contemplem a inserção da população jovem;
- Implantação de equipamentos que eliminem a necessidade de deslocamento da população do entorno para atender sua demanda de serviços e estimule a economia local com geração de empregos e renda;
- Áreas verdes públicas requalificadas que permitam o acesso da população do entorno, especialmente das vilas;
- Complementação da infraestrutura básica nos bairros de interface imediata, sobretudo, nas vilas e favelas”.

A partir de reuniões e visitas de campo (Figura 3), foram reconhecidas e mapeadas as áreas de projeto para a implantação gradual do parque-aterro. Objetiva-se uma apropriação em fases estruturadas, a partir de seus limites externos, crescendo de fora para dentro.



Figura 3. Visitas para reconhecimento das áreas de projeto na CTRS BR-040.

MAPEAMENTO DAS ÁREAS DE PROJETO

Para criar a **identidade do parque-aterro**, está sendo discutida a possibilidade de utilização de materiais produzidos na própria CTRS BR-040 - tais como agregados provenientes da reciclagem dos resíduos de construção civil - RCC, na pavimentação dos caminhos, e cavacos provenientes das podas de árvores da cidade, no paisagismo.

A Figura 4 a seguir demonstra as subáreas identificadas para o desenvolvimento de projetos para o parque-aterro. Contornando-se a área restrita do maciço de resíduos, da esquerda para a direita e em sentido anti-horário, foram mapeadas as seguintes áreas de intervenção:

1. Mirante;

2. Campos de Futebol (Vertente Bairro Pindorama)
3. Praça a ser estudada junto ao Bairro Jardim Filadélfia
4. Lagoa;
5. Propriedades privadas lindeiras à CTRS BR-040;
6. Área em estudo para cessão ou aquisição;
7. Mata dos Eucaliptos;
8. Campo e praça abertos (Vertente Vila Califórnia);
9. Mata dos Coroas;
10. Área a ser cedida para a Escola Municipal Oswaldo Pierucetti.

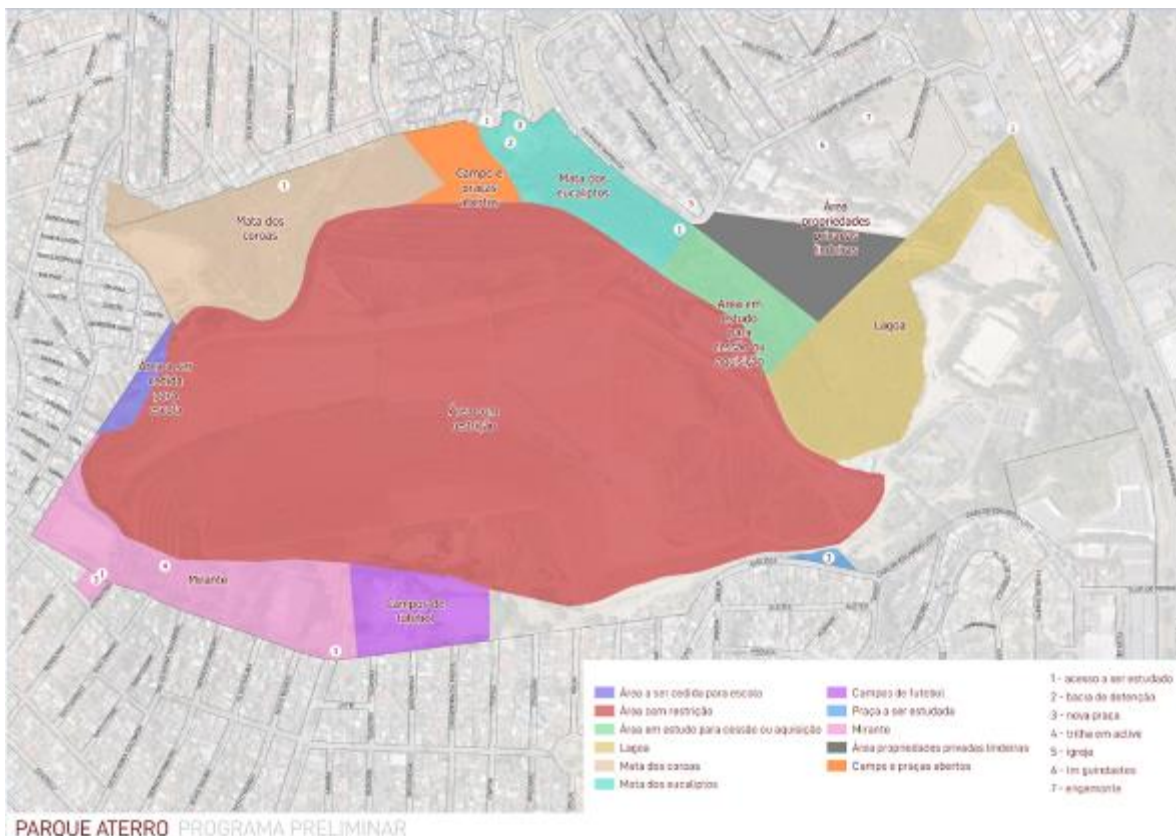


Figura 4. Escopo de áreas de projeto para o parque-aterro, a serem validadas pelas comunidades.

Para cada uma dessas subáreas, deverão ser asseguradas as seguintes temáticas, nos projetos básicos e executivos: levantamento planialtimétrico, sondagem, levantamento e avaliação fitossanitária da arborização, projeto de terraplenagem, projeto de arquitetura, projeto de paisagismo, projeto de estruturas, projeto de drenagem, projeto elétrico e luminotécnico, projeto de hidráulica (água e esgoto), projeto de comunicação e sinalização, planilha de orçamento.

DESCRIÇÃO DAS ÁREAS DE PROJETO

Mirante

A partir do ponto de cota altimétrica mais elevada da CTRS BR-040, próxima ao bairro Glória, trata-se de uma área de onde se tem uma perspectiva panorâmica da cidade, com destaque, em primeiro plano, para o grande maciço de resíduos sólidos (Figura 5), onde se propõe a elaboração de um projeto que contemple um mirante propriamente dito e respectivas estruturas de apoio.



Figura 5. Vista panorâmica do maciço de resíduos - Vertente Pindorama

Sobre o aterro de inertes, localizado à esquerda e ao alto, está sendo estudada a possibilidade de instalação de células fotovoltaicas, visando a geração de energia sustentável, conforme divulgado no artigo³ apresentado no Simpósio da Sardenha em 2019. A partir desse ponto, no declive acentuado em direção ao bairro Pindorama, propõe-se um plano de replantio para o terreno natural existente entre os campos Danúbio e Acaraí (Figuras 6 e 7). O percurso poderia ser intermediado por praças implantadas nas ruas sem saída que culminam no muro da CTRS BR-040, de forma a promover a integração entre o parque e o entorno, gerando uma boa ambiência para a circulação e fruição por pedestres.



Figura 6. Vista da vizinhança (vertente Pindorama), a partir do campo Acaraí, em acentuado na direção do Mirante (campo Danúbio).

Ao final desta área encontra-se a Unidade de Recebimento de Pequenos Volumes – URPV Pindorama, que compõe a rede de equipamentos públicos destinados a receber, gratuitamente, resíduos da construção civil, poda, terra, pneus, colchões, móveis velhos.

Em consonância com as diretrizes do Plano de Manejo da CTRS BR-040 e para atender às determinações do Novo Plano Diretor⁴, que estabeleceu um código CNAE (Código Nacional de Atividades Econômicas) específico para as URPV, está sendo proposto um parcelamento de 70 mil metros quadrados (Figura 7) para fins de regularização urbanística e licenciamento ambiental visando à reforma da Unidade de Recebimento de Pequenos Volumes - URPV Pindorama, com recursos provenientes do Governo Federal (Programa Avançar Cidades).

Uma pesquisa amostral realizada no entorno dessa URPV constatou a necessidade de trabalho social relacionado à gestão dos resíduos de construção e volumosos, a despeito das diversas reuniões e campanhas informativas no entorno desse equipamento, somente no ano de 2022, abrangendo cerca de 2.700 pessoas. Foram também promovidas oficinas de educação socioambiental, visando à redução das deposições irregulares de resíduos e à melhoria da utilização da URPV pelas comunidades residentes em seu entorno. Dentre as propostas surgidas nas oficinas, destaca-se a sugestão de criação de espaços de convivência, o que condiz com as propostas de praças anteriormente mencionadas.



Figura 7. Demonstrativo da área de intervenção denominada “Mirante”, englobando todo o parcelamento proposto para a regularização da URPV Pindorama. Fonte: PBH, 2022.

Campos de Futebol (Vertente Bairro Pindorama)

Dentre as várias estratégias da SLU para o compartilhamento da responsabilidade pela gestão da CTRS BR-040, cita-se a revisão dos procedimentos para permissão de uso dos campos de futebol e a implantação da horta comunitária.

Prevista no Plano de Manejo (Figura 8) para ser implantada entre os campos Remo e Palmeirense, a horta foi viabilizada em decorrência das articulações da SLU com a comunidade do bairro Pindorama e com as equipes da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional – SUSAN e da Fundação Zoobotânica. O cercamento da área, seguido de fornecimento de solo, instalação de ponto para fornecimento de água e provisão de insumos e mudas possibilitaram o início das atividades em dezembro de 2020.



Figura 8. Área reservada para a horta comunitária, conforme o Plano de Manejo

Em dezembro de 2022 houve nova mobilização da comunidade para o plantio de árvores na região adjacente à horta, sendo que atualmente está sendo proposta a criação de um estatuto para a unidade produtiva (Figuras 9 e 10).



Figura 9. Folheto de divulgação do evento para o plantio de árvores. Arte: Departamento de Comunicação/SLU.



Figura 10 - Evento em 03/12/22 para o plantio de árvores junto à área da horta comunitária.

Em março de 2023 (Figuras 11 e 12), o projeto “Várzea Viva”, da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SMEL) foi apresentado aos atuais permissionários dos campos de futebol existentes na CTRS BR-040 (Coroas, Danúbio, Acaraí, Remo e Palmeirense). Trata-se de uma proposta de adoção dos equipamentos pelo setor privado, com investimentos que possibilitem sua melhoria e manutenção, preservando o uso pela comunidade local. A partir dessa abordagem, os permissionários que tiverem interesse em aderir ao projeto podem acessar diretamente a equipe da SMEL, que desenvolverá os estudos em conjunto com a equipe da SLU.



Figura 11 - Convite para o evento em 09/03/23, no Auditório Garizão da SLU..



Figura 12 - Apresentação do projeto “Várzea Viva” para os permissionários dos campos de futebol da CTRS BR-040.

Praça a ser estudada junto ao Bairro Jardim Filadélfia

Fronteira com toda a face noroeste do aterro, o Conjunto Jardim Filadélfia possui várias ruas sem saída, culminando em barreiras topográficas e/ou muros construídos pela administração do aterro. Está sendo proposta uma praça aberta ao uso público e conectada ao sistema viário local do conjunto, nos pontos onde seja tecnicamente viável.

Lagoa

Uma das áreas mais antigas, que passou por processo de revegetação e recuperação ambiental, apresenta hoje uma lagoa (Figura 13) rodeada por uma densa mata e uma trilha já consolidada. Tem potencial para apropriação imediata, desde que as condições para uso com autonomia dos espaços sejam contempladas nos projetos desenvolvidos.



Figura 13 – Lagoa e mata sobre antiga área de aterragem de resíduos.

Propriedades privadas lindeiras à CTRS BR-040

A área ao sul do aterro possui interesse de preservação ambiental confirmado, principalmente devido à presença de córregos, vegetação densa e espaços vazios, cuja possibilidade de ocupação e utilização é condicionada ao cumprimento de parâmetros urbanísticos restritivos, em função da presença de atributos ambientais e paisagísticos relevantes ou da necessidade de recuperação, equilíbrio e manutenção de sua qualidade ambiental.

Neste sentido, a SLU está monitorando, em conjunto com a SMPU, o interesse de investidores na região, para avaliar a possibilidade de aplicação de condicionantes ambientais para futuros empreendimentos a serem implantados.

Área em estudo para cessão ou aquisição

As áreas de propriedade particular que fazem divisa com a CTRS BR-040 têm sido utilizadas por diversos segmentos para acessar e se apropriar indevidamente do espaço público, seja para empinar pipas, fazer caminhadas, seja como pasto de animais (Figura 14) e outras atividades de risco.



Figura 14. Animais soltos nas proximidades do maciço de resíduos. Fonte: Cícero Catapreta, 2022.

Se, por um lado, essa apropriação confirma o potencial que intervenções de requalificação e implantação de equipamentos urbanos podem ter para a melhoria da qualidade de vida dos moradores, por outro é premente coibir a utilização não autorizada dos espaços da CTRS BR-040, seja por meio da recomposição dos muros de cercamento de toda a área (Figura 15), seja por gestões junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente para verificar a possibilidade de incorporação dessas áreas às glebas da CTRS BR-040.



Figura 15. Recomposição do muro de cercamento externo. Fotos: Cícero Catapreta, 2023.

Outro recurso obtido refere-se aos projetos de drenagem e cobertura célula destinada a Resíduos de Serviços de Saúde, em elaboração pela Superintendência de Desenvolvimento da Capital - Sudecap. Essa célula, parcialmente sobreposta a células desativadas em 1995, teve sua operação extinta somente em maio de 2017 e demanda manutenção permanente.

Está em andamento, também, a reforma do prédio administrativo da CTRS BR-040, visando melhorias nas condições de trabalho no local, até que seja realizada a requalificação desse edifício histórico (Figura 1) para implantação de um museu interativo.

Mata dos Eucaliptos

A Mata dos Eucaliptos é outra área que tem condições de receber intervenções para apropriação pela população no curto prazo. Apresenta um caminho arborizado (Figura 16), margeando um curso d'água, e uma igreja local que criam oportunidades de diálogo e melhor integração com as comunidades lindeiras e a cidade como um todo – o que pode ampliar as condições de monitoramento do parque-aterro.

A elaboração de projeto para essa área, contudo, demanda um levantamento planialtimétrico minucioso e a eventual aquisição ou cessão de uso de área privada indicada na figura 4, tendo em vista o desafio da superação de barreira topográfica para acessar as demais áreas de intervenções propostas.



Figura 16 – Caminho e córrego na Mata dos Eucaliptos.

Campo e praças abertos (vertente Vila Califórnia)

A Vila Califórnia possui moradias com baixo padrão de habitabilidade e com adensamento crescente, inclusive com a verticalização de algumas edificações. (Figura 17).



Figura 17 – Vila Califórnia, vista a partir da CTRs BR-040.

A adequação do Campo de Futebol está em processo de licitação. Foi elaborado um projeto pela equipe da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI (Figura 18), que visa melhorar o acesso e as condições de uso de um campinho até então improvisado pela população local, bem como criar um acesso restrito à equipe operacional da SLU. Por meio de sua participação e influência no Orçamento Participativo de 2011, da Prefeitura de Belo Horizonte, os moradores locais conseguiram assegurar os recursos para a realização dessa obra.



Figura 18–Projeto para o Campo de Futebol da Vila Califórnia.

A SLU está acompanhando as etapas de implantação desse campo para uma posterior busca de parceria com a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer - SMEL, no sentido de prospectar investidores para implementação do projeto “Várzea Viva”, conforme já descrito no item “Campos de Futebol” (Figura 12). Essa área também deverá receber a implantação de uma bacia de retenção, para a prevenção de alagamentos e enchentes na

região bastante carente de áreas de lazer e de infraestrutura. Esse projeto está em desenvolvimento pela Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP.

Mata dos Coroas

Trata-se de uma região cercada por bairros cuja população tem rendimentos inferiores a um salário mínimo, com exceção para o bairro Álvaro Camargos; contudo, todos são carentes de espaços de lazer.



Figura 19 – Campo dos Coroas e entorno imediato.

Área a ser cedida para a Escola Municipal Oswaldo Pierucetti

Lindeira ao limite norte do parque aterro, essa área sofre o impacto recorrente da disposição irregular de lixo e entulho, pelas comunidades vizinhas. A proximidade com a Escola Municipal Oswaldo Pierucetti criou a possibilidade de sua cessão para o equipamento escolar, o que, além de ampliar o espaço para desenvolvimento de atividades pedagógicas, configura-se em mais uma estratégia da SLU para o compartilhamento da responsabilidade pela gestão da CTRS BR-040.

OUTRAS AÇÕES

Além das ações descritas anteriormente, estão sendo consideradas as metodologias utilizadas para algumas ações já implementadas, bem como consultadas equipes técnicas de diversas secretarias municipais, incluindo setores da SLU.

Entende-se que a interlocução com as comunidades é premissa para uma concertação e um planejamento colaborativo, visando validar os preceitos técnicos e a definição programática, bem como compartilhar as responsabilidades em relação à adequada apropriação dos espaços de uso público.

Esse modelo comunicacional visa superar o forte sentimento de insatisfação e desconfiança dessas comunidades em relação ao poder público, tendo em vista algumas tentativas frustradas de implantação de projetos no aterro da CTRS BR-040. A integração desse público no processo de tomada de decisão e de compartilhamento de responsabilidades é fundamental para que haja credibilidade e confiabilidade, nos empreendimentos e nos empreendedores.

Em 2019 foi desenvolvido um estudo acadêmico⁵, quando foram coletadas manifestações individuais no sentido de possibilitar a análise de diferentes impressões, relativas aos resíduos sólidos produzidos pela sociedade e ao longo dos 35 anos de atividades do aterro sanitário de Belo Horizonte. Um dos resultados obtidos consistiu na revalidação da expectativa de que o antigo aterro seja transformado em área verde ou parque ecológico ("topo-reabilitação").

Na busca de parcerias para a elaboração de projetos executivos que possam ser orçados, viabilizando a captação de recursos para a realização das obras de implantação e, futuramente, a devolução gradativa das áreas nas bordas do parque às comunidades do entorno, foi feito um convite à comunidade acadêmica e, que

resultou em uma visita técnica de estudantes do curso de arquitetura à CTRS BR-040, visando conhecer as áreas de intervenções e contribuir para a construção coletiva de projetos para o parque urbano.



Figura 20. Visita orientada das professoras e alunos do 5º período do curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC-MG à CTRS BR-040.

CONCLUSÕES

Os esforços empreendidos pelas sucessivas gestões públicas, ao lidarem de forma responsável com o trato dos resíduos, desde a escolha do terreno e implantação de solução tecnicamente adequada, na década de 1970, até o encerramento do aterro sanitário da CTRS BR 040, devem ser reconhecidos e consolidados mediante a sua efetiva transformação em parque-aterro - grande desafio para as gestões atuais.

Maior passivo ambiental da cidade, para que se possam formular políticas relacionadas à reintegração da área à paisagem urbana, recuperando, para as futuras gerações, um equipamento com características as mais semelhantes possíveis às originais, faz-se necessário integrar as diferentes esferas do poder público, do setor produtivo e da sociedade civil, na construção de um projeto que contemple ao máximo as expectativas de cada um desses segmentos.

Entende-se que, somente mediante o acesso às informações, será possível aos cidadãos, belorizontinos e metropolitanos, uma fruição responsável desse grande equipamento coletivo (Figura 21). Da mesma forma, considerando que toda a população de Belo Horizonte contribuiu para a formação do maciço de resíduos, espera-se que, a partir do reconhecimento das responsabilidades individuais e coletivas, sejam viabilizados recursos provenientes de compensações ambientais - Conselho Municipal de Saneamento – COMUSA e Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMAM -, para a manutenção dos programas, projetos e ações previstos no Plano de Manejo da CTRS BR-040.



Figura 21. Imagem aérea da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos da SLU (CTRS BR-040), 2021.
Foto: Divulgação PBH.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Superintendência de Limpeza Urbana (SLU). Plano de Manejo da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos da BR-040. Belo Horizonte, 2018.
2. PBH - PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. Parque Taiobeiras; Diagnóstico Urbanístico e Diretrizes para implementação de parque urbano no terreno da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos da BR-040. Belo Horizonte, 2016.
3. PEDERZOLI, A.; CATAPRETA, C. A. A.; HELLER, P. G. B.; CERQUEIRA, B. N.; RIBEIRO, M. C. S. Restoration of sanitary landfills in public park: the case study of Belo Horizonte Landfill, Brazil. In: International Waste Management and Landfill Symposium, 2019, Cagliari/Itália. Proceedings of 17th International Waste Management and Landfill Symposium. Hamburg/Germany: International Waste Working Group - IWWG, 2019.
4. BELO HORIZONTE. Lei Municipal 11.181/2019.
5. BIANCHI, J. A percepção dos moradores do entorno do aterro sanitário de Belo Horizonte acerca da paisagem local: Central de Tratamento de Resíduos Sólidos da BR-040 - Aterro Sanitário de Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial. Belo Horizonte, 2019. 114 f.